

# Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais

Marcelo Kunrath Silva, Fernando Coutinho Cotanda e  
Matheus Mazzilli Pereira

## Resumo

O ensaio bibliográfico responde à seguinte pergunta: quais são as contribuições e implicações da incorporação da abordagem de Goffman – e, particularmente, do seu conceito de enquadramento interpretativo – para o estudo da ação coletiva e, mais especificamente, dos movimentos sociais? O foco recai sobre a apresentação e a análise da pertinência e fertilidade dos conceitos de enquadramento interpretativo/molduras interpretativas para a pesquisa empírica sobre movimentos sociais. Para atingir o objetivo indicado acima, o manuscrito se estrutura da seguinte forma: a primeira seção resgata as principais características das formulações originais de Goffman sobre molduras interpretativas; a segunda seção descreve como o conceito de molduras interpretativas foi apropriado por pesquisadores de movimentos sociais; a terceira aborda as principais elaborações teóricas desenvolvidas em torno do conceito de molduras interpretativas na literatura de movimentos sociais; a quarta destaca alguns pontos de crítica a esta abordagem que apontam para futuros desenvolvimentos; por fim, as considerações finais apontam algumas potencialidades analíticas da abordagem das molduras interpretativas para a literatura brasileira de movimentos sociais. O texto conclui que a abordagem dos enquadramentos/molduras interpretativas, central na literatura internacional sobre movimentos sociais, oferece férteis instrumentos teóricos para os pesquisadores brasileiros avançarem na identificação e análise de mecanismos e processos explicativos dos movimentos sociais

PALAVRAS-CHAVE: enquadramento interpretativo; movimentos sociais; *frame analysis*; Erving Goffman; ação coletiva.

Recebido em 1 de Junho de 2015. Aceito em 28 de Novembro de 2015.

## I. Introdução<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Agradecemos aos comentários e sugestões dos pareceristas anônimos da *Revista de Sociologia e Política*.

<sup>2</sup> Machado da Silva e Ribeiro (1985) denominaram a perspectiva dominante na literatura brasileira de movimentos sociais neste período de “paradigma dos movimentos sociais urbanos”.

Entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980, sob o predomínio de uma abordagem marxista estruturalista<sup>2</sup>, que tendia a negligenciar a cultura (e, especialmente, os processos de construção e atribuição de sentido), o campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil se constituiu como uma área relevante para explicar a constituição e o desenvolvimento dos movimentos sociais. Caracterizada por um expressivo “deducionismo das condições objetivas” (Kowarick 2000, p.126), a maior parte da literatura do período tendia a abordar a dimensão cultural como sendo marcada por uma dupla negatividade, assim descrita por Dagnino:

“Em primeiro lugar, uma negatividade derivada do determinismo econômico, que retirou da cultura qualquer possibilidade de uma dinâmica própria, estabelecendo-a como uma esfera separada, uma mera expressão epifenomenal de uma ‘essência’ econômica. Em segundo lugar, a cultura foi aprisionada na negatividade no sentido de que as idéias, e a própria cultura, eram consideradas predominantemente como obstáculos à transformação social, que deveriam ser eliminados nas massas e substituídos pelo ‘conhecimento verdadeiro’, pela ‘consciência de classe’, por meio das ações iluminadas de seus verdadeiros portadores: os intelectuais, a vanguarda, o partido” (Dagnino 2000, p.64).

Ao longo dos anos 1980, no entanto, observa-se um crescente questionamento a esta perspectiva. No âmbito de um processo mais amplo de mudanças

<sup>3</sup> Sobre estas mudanças ver Bonnell e Hunt (1999) e Dosse (2003).

<sup>4</sup> Além destas duas perspectivas, destaca-se na literatura brasileira de movimentos sociais da década de 1980 a abordagem das matrizes discursivas, utilizada de forma extremamente fértil por Sader (1988), mas que não teve continuidade e desenvolvimento teórico posterior.

nas ciências sociais – o denominado *cultural* ou *interpretative turn*<sup>3</sup>, que colocou a cultura e os processos interpretação e atribuição de sentido no centro da análise dos fenômenos sociais – o campo de estudos de movimentos sociais no Brasil passou crescentemente a preocupar-se com a dimensão simbólico-cultural na análise da formação, atuação e impacto dos movimentos sociais.

Tal ressignificação da dimensão simbólico-cultural processou-se, centralmente, a partir de duas vertentes teóricas<sup>4</sup>. De um lado, no âmbito do marxismo, observa-se a incorporação das formulações gramscianas, com destaque para a ênfase colocada por este autor na luta pela hegemonia, entendida enquanto disputa pela direção moral e intelectual, como momento fundamental dos confrontos políticos nas sociedades “ocidentais”. Como salienta Dagnino (2000, p.67):

“[Com Gramsci] A revolução não é mais concebida como um ato insurrecional de tomada do poder do Estado, mas como um processo, no qual a reforma intelectual e moral é parte integral, em vez de, simplesmente, uma consequência possível. Na medida em que a revolução é vista como o processo de construção de uma nova hegemonia, o que implica uma nova concepção de mundo, o papel da idéias e da cultura assume um caráter positivo” (Dagnino 2000, p.67).

De outro lado, a partir de meados dos anos 1980, observa-se o ingresso na literatura brasileira da denominada Teoria dos Novos Movimentos Sociais - TNMS (Evers 1984; Scherer-Warren & Krischke 1987). Esta abordagem, a partir do conceito de identidade coletiva, busca romper com uma visão determinista-economicista do processo de formação e atuação dos movimentos sociais, identificando-os como dependentes da (re)produção de um sentido da ação compartilhado entre aqueles envolvidos na ação coletiva. Tal concepção se oporia ao modo habitual de abordar os movimentos sociais, que os considerava

“Como efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma certa conjuntura (refere-se, por exemplo, à crise econômica ou às contradições do sistema), sem levar em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva, como se os modos por meio dos quais esta ação se constitui e se mantém no tempo fossem irrelevantes com relação ao jogo das variáveis ‘estruturais’” (Melucci 2001, p.29).

O relativo domínio da TNMS no campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1980, acabou bloqueando o contato com outras abordagens que, naquele momento, também buscavam oferecer instrumentos analítico-conceituais para o tratamento da dimensão interpretativa nos/dos movimentos sociais. Além disto, o relativo declínio da temática dos movimentos sociais nas ciências sociais brasileiras nos anos 1990 e 2000 (Alonso 2009; Silva 2010), crescentemente substituída pelas temáticas da sociedade civil e da participação social, acabou descolando o debate brasileiro de um amplo processo de reestruturação do debate internacional que ocorria naquele período e que passava a dar centralidade à dimensão cultural (Morris & Mueller 1992; Brysk 1995; McAdam, McCarthy & Zald 1999; McAdam, Tarrow & Tilly 2001).

No âmbito deste debate internacional, uma das principais perspectivas teóricas desenvolvidas para responder à demanda por modelos analíticos mais qualificados para abordar os processos interpretativos na constituição e desenvolvimento dos movimentos sociais foi a abordagem dos “frames” (traduzida neste artigo como “molduras” ou “enquadramentos interpretativos”), a partir da incorporação e reformulação pela literatura de movimentos sociais das elaborações precursoras do sociólogo Erving Goffman.

Tal abordagem, no entanto, segue sendo praticamente ignorada pelo campo de estudos dos movimentos sociais no Brasil<sup>5</sup>, limitando assim a inserção em um rico e fértil debate internacional estruturado em torno da mesma. Frente a

<sup>5</sup> Na literatura brasileira sobre movimentos sociais foram

encontrados poucos trabalhos (Bertoncelo 2009; Maciel 2011; Penna 2012; Prudencio & Santos 2011; Rothberg & Berbel 2010) que empregam elementos da abordagem de “frames”. Destacam-se os trabalhos de Nunes (2013a; 2013b) como esforços pioneiros no uso mais sistemático desta abordagem e de sua aplicação ao estudo dos movimentos sociais.

esta lacuna, o presente artigo apresenta como eixo estruturador a seguinte questão: quais as contribuições e implicações da incorporação da abordagem de Goffman – e, particularmente, do seu conceito de enquadramento interpretativo – para o estudo da ação coletiva e, mais especificamente, dos movimentos sociais?

Buscando responder a esta questão, o artigo se estrutura da seguinte forma: a primeira seção resgata as principais características das formulações originais de Goffman sobre molduras interpretativas; a segunda seção descreve como o conceito de molduras interpretativas foi apropriado por pesquisadores de movimentos sociais; a terceira seção aborda as principais elaborações teóricas desenvolvidas em torno do conceito de molduras interpretativas na literatura de movimentos sociais; a quarta seção destaca alguns pontos de crítica a esta abordagem que apontam para futuros desenvolvimentos; por fim, as considerações finais apontam algumas potencialidades analíticas da abordagem das molduras interpretativas para a literatura brasileira de movimentos sociais.

## II. Goffman e as molduras interpretativas

O livro *Frame Analysis – An Essay on the Organization of Experience*, foi publicado em 1974 por Erving Goffman e editado no Brasil apenas no ano de 2012, com o título “Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise”. *Frame Analysis* não é um livro de apreensão fácil, apresentando um formato ensaístico, repleto de exemplos e abrangendo diversos temas abordados por Goffman em momentos anteriores de sua trajetória intelectual. Outros dois importantes livros nos quais o autor dá continuidade a argumentos abordados no *Frame Analysis* são *Gender Advertisements* (1979) e *Forms of Talk* (1981), nenhum deles com tradução para a língua portuguesa.

A abordagem das interações sociais formulada por Goffman em *Frame Analysis* – notadamente a ideia de “enquadramento” ou, ainda, “emolduramento” – foi e segue sendo utilizada em diferentes domínios da ciência como nas Ciências Sociais, na Comunicação e na Psicologia Social<sup>6</sup>. Essa utilização possui repercussão particularmente importante nos estudos e pesquisas sobre a formação das opiniões e os movimentos sociais.

As elaborações realizadas por Goffman em torno da noção de *frame* são a expressão de um fértil ambiente intelectual no qual esteve imerso, sobretudo a Universidade de Chicago (na qual Goffman realizou sua formação de pós-graduação, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950), sobressaindo as influências da fenomenologia, do pragmatismo, da etnometodologia e do interacionismo simbólico. Na obra *Frame Analysis*, um conjunto extenso de autores tanto da primeira quanto da segunda geração de pesquisadores da Escola de Chicago – assim como filósofos e sociólogos que inspiraram os integrantes da referida Escola – são convocados por Goffman a interagir em suas formulações.

O ponto de partida de Goffman no livro *Frame Analysis* é uma interrogação lançada por esse autor sobre o alcance de um conhecido teorema formulado por William Isaac Thomas e Dorothy Thomas (1863-1947)<sup>7</sup> – o Teorema de Thomas –, que pode ser assim sintetizado: se as pessoas definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências (Thomas & Thomas 1928, p.572). Segundo o autor, antes de agir, todo o indivíduo define a situação diante dele e a realidade interpretada passa a ser a realidade social. Trata-se de uma formulação sociológica baseada no conceito de “definição da situação” que valoriza e coloca um forte acento nos objetos de consciência, sem destacar de forma substantiva aquilo que costumamos nominar como “a realidade objetiva”. Esses autores desenvolvem, assim, uma sociologia interpretativa que estuda as significações da realidade para cada indivíduo, desenvolvidas por

<sup>6</sup> Para uma apresentação geral sobre o conceito de enquadramento e seus diferentes sentidos e aplicações nas ciências sociais ver Mendonça e Simões (2012).

<sup>7</sup> O “Teorema de Thomas” foi formulado por William Isaac Thomas e Dorothy Thomas no livro *The Child in America* em 1928.

meio de um processo interpretativo que tem como objeto a definição das situações da vida cotidiana e no qual a interação tem um papel fundamental (Nunes 2013b, p.260-261).

Sem rechaçar totalmente o argumento contido no Teorema, Erving Goffman se distancia das apreensões subjetivistas que ele pode denotar e, justamente, neste distanciamento do subjetivismo reside a introdução de algo novo por parte de Goffman em relação aos seus interlocutores. Segundo o autor de *Frame Analysis*, “definir as situações como reais tem certamente consequências, mas estas só podem ter *incidência muito marginal sobre os acontecimentos em curso*” (Goffman 2012, p.23; sem grifos no original). Se não é o ator que, isoladamente, define a situação, então se depreende que outras forças definidoras entram em cena. Portanto, outra forma de conceber o ator e sua relação com a “situação” – alternativa ao subjetivismo – está em andamento.

A interrogação, trazida por Goffman relativamente aos limites do subjetivismo no âmbito da definição da situação, exemplifica a posição na qual o autor de *Frame Analysis* pretende situar-se frente às antinomias entre realidade objetiva e subjetiva encontradas nas Ciências Humanas:

“Presumivelmente deve-se quase sempre buscar uma ‘definição da situação’, mas normalmente os que estão envolvidos na situação não criam esta definição, embora frequentemente se possa dizer que a sociedade a que pertencem o faz; ordinariamente, tudo o que eles fazem é avaliar corretamente o que a situação deveria ser para eles e então agir de acordo” (Goffman 2012, p.23).

A assertiva de Goffman sugere um acento na força que as estruturas culturais e normativas da sociedade possuem na condução das interações sociais. Ele, no entanto, não abandona a ideia de que negociamos aspectos das interações nos quais nos envolvemos, mas como ele mesmo afirma: “frequentemente, uma vez negociados esses aspectos, prosseguimos mecanicamente como se a situação estivesse resolvida desde sempre” (Goffman 2012, p.23).

Interpretar o que está acontecendo na realidade, segundo Goffman, nem sempre é tarefa fácil. Por conta desse diagnóstico, ele se aproxima da tradição de William James, notadamente das ideias veiculadas em *The Perception of Reality* (1890). Goffman vê nas formulações de James uma possibilidade de realçar a existência, em nós, de uma atenção seletiva frente à realidade, revelando diferentes mundos ou, em outras palavras, outras ordens de existência “que nossa atenção e nosso interesse podem tornar reais para nós” (Goffman 2012, p.24). Trata-se de uma preocupação típica da fenomenologia, “que tem a ver com a câmera, e não com aquilo que a câmera fotografa” (Goffman 2012, p.24).

A análise de *frames* proposta por Goffman pretende ser uma ferramenta para ampliar a inteligibilidade sobre os processos de interação, significação e ação por parte de atores individuais ou coletivos em contextos determinados. O vocábulo *frame* é tomado por Goffman de um artigo intitulado *A Theory of Play and Phantasy*, do biólogo e antropólogo Gregory Bateson: “foi nesse artigo de Bateson que o termo ‘*frame*’ foi proposto mais ou menos no mesmo sentido em que pretendo usá-lo” (Goffman 2012, p.29)<sup>8</sup>.

Correspondendo à cultura fenomenológica, que não se ocupa das coisas em si, Bateson concebe os *frames* como manifestações da mente, como elementos ativados para interpretar os acontecimentos. Nos estudos que realiza sobre o comportamento animal, depreende que a mente humana faz uso de *frames* interpretativos para estabelecer seus padrões de conduta. Escrito na década de 1950, o artigo de Bateson trabalha a ideia de *frame* como algo que opera no nível da metacomunicação. Para ele, é o enquadramento da situação que estrutura as mensagens e ações, proporcionando ao destinatário da comunicação as instruções para dar sentido a estas mensagens e ações:

<sup>8</sup> O referido artigo pode ser encontrado em Bateson (1972).

“Toda mensagem metacomunicativa ou metalinguística define, explícita ou implicitamente, o conjunto de mensagens sobre os quais ela se comunica, isto é, toda a mensagem metacomunicativa é ou define um enquadramento psicológico” (Bateson 1972, p.194).

O termo *frame* de Bateson faz referência às molduras que usualmente são empregadas em fotografias para pendurá-las em paredes ou apresentá-las em cima dos móveis:

“A moldura à volta de uma imagem, se a considerarmos como uma mensagem para dar ordem ou organizar a percepção do observador, diz: ‘conceda atenção àquilo que está dentro e não dê atenção àquilo que está fora’. (...) A moldura diz ao observador que na interpretação da imagem não está fazendo uso do mesmo tipo de pensamento que usa na interpretação do papel de parede” (Bateson 1972, p.193).

Bateson acompanhou o comportamento de animais em um zoológico de São Francisco (EUA) para saber se seria possível a existência ou não de mensagens metacomunicativas nas interações entre os animais. A observação levou-o a perceber sequências interativas nas quais os animais, brincando de lutar, enviavam sinais muito parecidos, mas não idênticos, aos de um combate entre eles. Essa mensagem metacomunicativa, ou seja, o sinal que denota que se trata de uma brincadeira e não de um combate real é a moldura (*frame*) que permite compreender o que está acontecendo naquela situação. Para este autor, portanto, enquadrar ou emoldurar significa delimitar um conjunto de mensagens ou ações significativas que adquirem sentido na situação partilhada pelos interlocutores.

É esta dimensão do conceito, como organizador e definidor da percepção da realidade, que vai inspirar a obra *Frame Analysis*. Goffman faz migrar o termo *frame* para o domínio da sociologia e lhe confere um sentido mais amplo, indo além do registro subjetivo:

“E, evidentemente, faremos um amplo uso do termo ‘moldura’ no sentido que lhe dá Bateson. Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; moldura é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de moldura. Minha expressão ‘análise de molduras’ é um *slogan* para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência” (Goffman 2012, p.34).

Segundo se depreende do exame da obra *Frame Analysis*, a interpretação sociológica das interações sociais proposta por Goffman leva em consideração tanto o envolvimento subjetivo do ator nas situações que conformam sua “realidade” cotidiana como os princípios de organização que governam os acontecimentos e condicionam os envolvimentos subjetivos individuais. Supõe, portanto, uma abordagem indissociável de indivíduo e sociedade. Entretanto, vale lembrar que Goffman reforça nessa obra um ponto de vista que concede primazia da sociedade como força objetivante na produção da definição da situação:

“Não estou abordando a estrutura da vida social, mas sim a estrutura da experiência que os indivíduos têm em qualquer momento de sua vida social. Eu pessoalmente penso que a sociedade vem em primeiro lugar em todos os sentidos e que quaisquer envolvimentos atuais do indivíduo vêm em segundo; este trabalho trata apenas de assuntos que vêm em segundo lugar” (Goffman 2012, p.37).

Segundo Gastaldo (2004), no livro *Frame Analysis* Goffman procura ir ao encontro dos aspectos estruturantes que, via de regra, são vividos de forma naturalizada e inquestionada na vida cotidiana. Ao inserir-se em uma dada situação social, o indivíduo é mobilizado a defini-la a partir de um enquadramento interpretativo, o qual orienta o comportamento a ser adotado naquela

situação. A moldura, então, é o que dá sentido aos acontecimentos de sorte que o ator possa responder à pergunta “What’s going on here?” e atuar adequadamente a partir da resposta dada.

Para Goffman, a riqueza das situações sociais produz muitas possibilidades de interpretação, podendo ocorrer com frequência a sobreposição de enquadramentos. Frente a este fato, propõe a diferenciação entre o que ele nomina de molduras primárias (*primary frameworks*), tonalizações (*keys*) e fabricações (*fabrications*).

Os enquadramentos primários são as definições comuns, imediatas, naturalizadas e compartilhadas em uma dada cultura sobre diferentes situações. Estes esquemas interpretativos básicos na sociedade permitem aos participantes de uma situação social não somente estabelecer uma definição da situação como também alinhar-se de acordo com o status de participação:

“[...] Quando um indivíduo reconhece um determinado acontecimento, ele tende, seja qual for sua atividade, a envolver nesta resposta (e de fato a usar) um ou mais esquemas ou *schemata* de interpretação, de um tipo que podemos designar como primário. (...) esquema primário permite a seu usuário localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus termos. Provavelmente esse usuário não terá consciência de tais características organizadas que o esquema tem...” (Goffman 2012, p.45).

O final do parágrafo acima sugere que na definição de uma dada situação da vida cotidiana, o indivíduo não necessariamente mobilizará uma reflexividade profunda sobre o acontecimento social no qual está inserido. Por exemplo, ao se deparar com um grande número de indivíduos em marcha pelas ruas de uma cidade portando faixas defendendo demandas, bandeiras de organizações de movimentos sociais e cantando músicas de protesto, um expectador pode de forma pouco consciente classificar essa situação como uma “passeata” e moldar sua linha de ação de acordo com essa definição, buscando se integrar ao protesto ou desviar-se dele.

Atores sociais, no entanto, nem sempre agem de maneira pouco reflexiva, podendo manipular e transformar enquadramentos primários. Com a finalidade de problematizar as transformações nas molduras primárias, Goffman introduz os conceitos de *key* (tom) e *fabrication* (fabricação). Segundo o autor, um tom é um “conjunto de convenções pelas quais uma dada atividade, já significativa em termos de algum esquema primário, é transformada em algo pautado sobre esta atividade, mas visto pelos participantes como algo muito diferente” (Goffman 2012, p.71). Quando ativistas de direitos animais protestam pintados de vermelho deitados em grandes bandejas de isopor, por exemplo, eles fazem referência a uma atividade vista a partir de um esquema primário – a compra de carnes embaladas em mercados – transformando-a em algo completamente diferente - um “protesto” no qual a carne de um animal é substituída pelo corpo de um ser humano. Assim, expectadores sabem que “o que está *realmente* acontecendo ali” não é a venda de humanos em bandejas de isopor, mas um protesto com referência a uma atividade primária.

Já as fabricações são esforços intencionais de atores sociais para produção de definições de situações vistas como inapropriadas pelos próprios atores (Goffman 2012). Quando ativistas de direitos animais se infiltram em empresas ou laboratórios como funcionários para produzir vídeos que mostram o tratamento dos animais nesses ambientes, por exemplo, eles produzem uma fabricação para seus colegas e chefes para poder denunciar situações de exploração produzidas por essas empresas e laboratórios.

As tonalizações e fabricações são, portanto, novas convenções a partir das quais uma atividade (primária) é transformada em outra. Goffman pretende destacar, assim, a possibilidade de sobreposição e de transformação das molduras interpretativas por meio da agência dos sujeitos. Assim, o termo *frames* é utilizado originalmente em um sentido duplo. Por um lado, molduras interpretativas são utilizadas pelo ator social de forma tácita em muitos momentos, organizando a sua experiência por meio de definições das situações vividas (enquadramento primário). Por outro lado, atores sociais são dotados de agência e reflexividade podendo, em determinados momentos, modificar molduras interpretativas de forma a classificar as situações vividas de acordo com seus interesses nas interações em curso (tonalizações e fabricações).

### III. A incorporação do conceito de molduras interpretativas pela literatura de movimentos sociais

Sob certo ponto de vista, as contribuições de Goffman para a sociologia da ação coletiva podem ser consideradas um legado improvável. Se a obra deste autor demonstra preocupação com o cotidiano de populações marginalizadas e estigmatizadas<sup>9</sup>, sua análise jamais se dedicou a fenômenos propriamente políticos (Gamson 1985). Ainda, a abordagem deste sociólogo tem como nível de análise prioritário a micro-interação entre indivíduos e não a de grupos. Como é possível, então, que esta perspectiva teórica seja adotada por estudiosos de fenômenos políticos coletivos tais como os movimentos sociais?

<sup>9</sup> Exemplos da análise desta temática podem ser vistos em Goffman (1961; 1975; 1987).

Para compreender adoção do conceito de enquadramento interpretativo de Erving Goffman por pesquisadores de movimentos sociais, particularmente nos Estados Unidos, é necessário o exame das disputas teóricas que envolviam este campo de estudos na segunda metade do século XX. Neste período, os debates teóricos norte-americanos buscavam a superação de abordagens clássicas sobre comportamentos coletivos (entre os quais se situavam os movimentos sociais) desenvolvidas na primeira metade daquele século, as quais procuravam explicar os processos de mobilização contestatória fundamentalmente como respostas irracionais e patológicas frente a anomias na estrutura social (Gamson 1992; Gohn 1997).

A principal alternativa teórica para a superação das abordagens clássicas, surgida na literatura norte-americana ao longo da década de 1970, foi a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). Baseando-se nos argumentos de Olson (1999) sobre a racionalidade estratégica dos atores sociais e os dilemas que tal racionalidade colocava para a construção das ações coletivas, a TMR enfatiza a centralidade dos aspectos organizacionais (eficiência na captação e alocação de recursos, ação estratégica de empreendedores políticos, estrutura organizativa desenvolvida etc.) na formação, trajetória e resultados dos movimentos sociais, em oposição ao foco nos fatores sócio-psicológicos encontrado na literatura clássica (McCarthy & Zald 1977; Jenkins 1994; Alonso 2009).

A ênfase colocada pelos autores da TMR na ação racional-estratégica de indivíduos e organizações como fatores determinantes da constituição e ação dos movimentos sociais resultou, no entanto, em um afastamento e obscurecimento praticamente completo da dimensão interpretativa inerente aos processos de organização e mobilização social (Noakes & Johnston 2005). Como salienta Ferree (1992, p.36), a TMR “terminou tratando as pessoas como recursos vazios a serem mobilizados por uma organização estrategicamente racional que aparecia do nada e agia como se fosse indiferente aos corações e mentes de seus membros”.

As constantes críticas feitas por adeptos das Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)<sup>10</sup> à TMR tornaram evidente a necessidade de que esta abordagem incorporasse, de alguma forma, a dimensão interpretativa que os estudos

<sup>10</sup> Entre os pesquisadores europeus, as TNMS também

enfrentaram a lacuna do tratamento da dimensão cultural dos movimentos sociais. Neste caso, o adversário era o marxismo economicista. Para superar tal lacuna, propõe-se o conceito de identidade coletiva, a qual, segundo Melucci (1990, p.4) pode ser definida como o “contínuo processo de construção e negociação do significado da ação coletiva”.

<sup>11</sup> No âmbito da TPP, o conceito de “repertórios de confronto”, elaborado por Charles Tilly, incorporava a dimensão cultural. Para uma análise da trajetória do conceito na obra de Charles Tilly, ver Alonso (2012).

<sup>12</sup> Segundo Klandermans (1992), as alternativas conceituais para abordar a dimensão cultural e interpretativa nos movimentos sociais que foram construídas e debatidas no período são: a liberação cognitiva, de McAdam; a formação e mobilização de consenso, do próprio Klandermans; a identidade coletiva, de Melucci; e os discursos públicos e pacotes ideológicos, de Gamson.

<sup>13</sup> Os achados de Gamson e seus colaboradores sustentam os argumentos de Moore Jr. que, na sua obra publicada em 1978, já enfatizava a construção e difusão de um sentimento/interpretação de injustiça como o fundamento da contestação.

<sup>14</sup> Apesar de remeter ao contexto empresarial, o termo “empreendedores de movimento” não busca denotar interesses privados na mobilização social. Este termo é largamente utilizado por teóricos norte-americanos e busca se referir às “pessoas que exibem iniciativa estratégica para a difusão” das palavras e causas de um

empíricos europeus vinham destacando como central para a explicação dos processos de mobilização. É seguindo este desafio que autores da denominada Teoria do Processo Político (TPP) desenvolveram, ao longo da década de 1990, uma síntese entre teorias dos movimentos sociais (McAdam, Tarrow & Tilly 2001), buscando conceitos que pudessem operacionalizar a análise da dimensão interpretativa-cultural dos fenômenos da ação coletiva<sup>11</sup>. Na resposta a este desafio, entre outras alternativas teóricas surgidas no período<sup>12</sup>, pesquisadores como Sidney Tarrow se voltaram para os estudos acerca dos processos de enquadramento interpretativo, que vinham sendo desenvolvidos principalmente por William Gamson, David A. Snow e Robert D. Benford desde a década de 1980.

A primeira apropriação do conceito de enquadramento interpretativo de Goffman para o estudo da contestação política foi realizada entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 por William Gamson e seus colaboradores e exposta no livro *Encounters with Unjust Authorities*, publicado em 1982. Nesta pesquisa, os autores analisam a forma pela qual indivíduos comuns conseguem desafiar ordens e definições de situações impostas por autoridades. Em um experimento conduzido por Gamson e sua equipe, pessoas eram convidadas a participar do projeto de uma empresa que recorreria a meios considerados injustos para conquistar seus objetivos. Os resultados mostraram que a contestação da autoridade apenas foi possível quando os participantes puderam questionar a definição das situações proposta pelos empresários e, logo após, propor uma nova interpretação para os eventos que enquadrasse as definições prévias como injustas<sup>13</sup>. Assim, os autores defendem que a contestação social só é possível na medida em que indivíduos desenvolvem e aplicam um enquadramento interpretativo alternativo àquele defendido pelas autoridades estabelecidas. Gamson e seus colaboradores sustentam, desta forma, que seriam os processos de construção e defesa de interpretações alternativas que estariam no centro da mobilização coletiva contestatória (Gamson, Fireman & Rytina 1982 *apud* Gamson 1985), ao mesmo tempo em que se afastam de perspectivas que opõem indivíduos influenciados por interpretações obscurecidas por falsas idéias favoráveis ao *status quo* a indivíduos mobilizados e dotados de um pensamento completamente “livre” ou “real” (como encontrado em conceitos como “libertação cognitiva” de McAdam ou de “tomada de consciência” da literatura marxista).

Ao longo da década de 1980 e no início dos anos 1990, outros autores seguiram a orientação teórica de William Gamson, apropriando-se do conceito de enquadramento interpretativo para analisar os processos de contestação política. Dentre eles, destaca-se a contribuição teórica de David A. Snow e Robert D. Benford. O estudo inicial destes autores com seus associados teve como centro de análise o fenômeno por eles conceituado como “alinhamento de molduras interpretativas” (*frame alignment*). Neste estudo, os autores defendem a tese de que o engajamento de potenciais aderentes e a manutenção de militantes por parte dos movimentos sociais ocorrem por meio da convergência entre as molduras interpretativas dos indivíduos e as desenvolvidas e veiculadas pelas organizações de movimentos sociais. Este processo, no entanto, não ocorreria de forma passiva. Os empreendedores de movimentos sociais<sup>14</sup> desenvolveriam diferentes estratégias para que este alinhamento pudesse ocorrer: “ligação de molduras” (*frame bridging*), quando há semelhança entre as interpretações do movimento e as interpretações socialmente estabelecidas, sendo necessária apenas a conexão entre estes elementos; “amplificação de molduras” (*frame amplification*) seria a estratégia adotada por movimentos que tem por intuito tornar saliente determinada categorização socialmente disponível que seja favorável ao movimento; “extensão de molduras” (*frame extension*) consiste no alargamento do argumento desenvolvido pelos ativistas em direção a temáticas caras a interpretações socialmente estabelecidas; final-



movimento social (Noakes & Johnston 2005, p.7), sendo uma herança da TMR.

mente, “transformação de molduras” (*frame transformation*) quando seu objetivo é eliminar determinados significados socialmente estabelecidos e substituí-los por novos entendimentos (Snow *et al.*, 1986).

Esse estudo inaugural levou os autores ao aprofundamento de suas pesquisas acerca dos processos de mobilização por meio desta perspectiva analítica. Suas investigações posteriores mais influentes se dedicaram à análise do fenômeno conceituado como “ressonância de molduras” (*frame resonance*). Assim, os autores investigavam as variáveis que afetam a aceitação de molduras interpretativas da ação coletiva (MIACs) por parte do público alvo das organizações, analisando, assim, o potencial mobilizador de diversas molduras interpretativas (Snow & Benford 1988 *apud* Noakes & Johnston 2005). O conceito de MIACs é, então, definido por estes autores como esquemas de interpretação que “simplificam e condensam aspectos do ‘mundo lá fora’” (Benford & Snow 2000, p.614) com o intuito de “mobilizar potenciais aderentes e bases, garantir apoio dos espectadores e desmobilizar antagonistas” (Snow & Benford 1988, p.198 *apud* Benford & Snow 2000, p.614), inspirando e legitimando atividades de um movimento social (Benford & Snow 2000).

Apesar dos estudos de Snow e Benford terem como inspiração a abordagem desenvolvida por Gamson, a literatura indica que as ênfases existentes nos trabalhos destes autores são distintas. Os trabalhos de Gamson teriam como enfoque a negociação de sentido que ocorre entre indivíduos frente a situações de caráter político, sendo a relação entre movimentos sociais e seus potenciais aderentes analisada a partir do ponto de vista dos últimos, analisando-se como estes indivíduos organizam sua experiência frente a diversos enquadramentos, entre eles, aqueles desenvolvidos por ativistas de movimentos sociais. Esta abordagem conceitua molduras interpretativas como mapas cognitivos maleáveis que, ao entrarem em contato com as exigências das interações e com as novas informações nelas presentes, se adaptam e se transformam (Noakes & Johnston 2005; Oliver & Johnston 2005). Assim, William Gamson dedicou parte de sua obra ao estudo das formas pelas quais sentidos são negociados entre os movimentos sociais, a grande mídia e os leitores, ouvintes ou telespectadores (Gamson & Modigliani 1989; Gamson *et al.*, 1992).

Já os primeiros estudos de Snow e Benford teriam como foco de análise o desenvolvimento de estratégias que visem garantir melhores resultados aos processos de mobilização, analisando-se a relação entre movimentos sociais e seus potenciais aderentes sob a ótica estratégica dos empreendedores de movimento. A análise das estratégias desenvolvidas pelos empreendedores de movimento para a conquista de ressonância de enquadramento é um exemplo desta abordagem (Snow & Benford 1988 *apud* Oliver & Johnston 2005). Assim, o conceito de molduras seria adotado por estes autores de forma próxima à ideia de estruturas cognitivas utilizadas para organizar a experiência cotidiana dos autores e estrategicamente mobilizadas para conquistar resultados. Essa abordagem se desenvolve de forma crítica ao conceito de “ideologia” que tenderia a ignorar a agência dos indivíduos, tomando-os como meros portadores e seguidores de valores e normas (Snow & Byrd 2007).

Esta última abordagem é aquela que recebeu maior atenção dos pesquisadores norte-americanos, na medida em que seu viés estratégico demonstrava maior potencial de diálogo com a perspectiva marcadamente organizacional desenvolvida pela teoria que predominava no campo de estudos dos movimentos sociais naquele período – a TMR (Noakes & Johnston 2005). Assim,

“o inventário compreensivo dos processos de alinhamento de moldura era exatamente o que a TMR precisava: um conceito que, simultaneamente, respondia às críticas advindas do *cultural turn* emergente, mas que também se encaixava no axioma da racionalidade da teoria” (Westby 2005, p.217).

No início da década de 1990, os primeiros diálogos entre autores do enquadramento interpretativo e da TPP ocorrem. Benford e Snow (1992) cunham o conceito de macro molduras interpretativas (*master frames*) ao analisar o fenômeno simbólico que permite que diversas organizações se articulem momentaneamente em torno de determinada interpretação compartilhada, ao longo daquilo que Sidney Tarrow conceitua como ciclos de protesto (Traugott 1995). Este autor também se volta à análise de molduras interpretativas, buscando nas mentalidades sociais e na cultura política as categorias a partir das quais movimentos cunham suas interpretações (Tarrow 1992). Assim, ao longo da década de 1990, diversos autores da TPP reorganizam suas discussões teóricas incluindo os processos de enquadramento interpretativo como uma das dimensões fundamentais para a compreensão da mobilização (McAdam, McCarthy & Zald 1999; Tarrow 2009<sup>15</sup>).

<sup>15</sup> Originalmente publicados em língua inglesa em 1996 e 1993, respectivamente.

Apesar de possibilitar o diálogo com a TMR e a TPP, é justamente a abordagem estratégica adotada pela perspectiva teórica inicial de Snow e Benford o maior ponto de crítica a ela dirigida. Primeiramente, aponta-se que ao enfatizar a agência dos empreendedores de movimentos, essa abordagem tende a secundarizar (ou, no limite, desconsiderar) capacidade reflexiva de seus interlocutores, como os potenciais aderentes com os quais os empreendedores interagem (Benford 1997; Kane 1997; Noakes & Johnston 2005; Oliver & Johnston 2005).

Outro conjunto de críticas destaca o fato de que a definição do processo de enquadramento como uma ação estratégica conscientemente desenvolvida pelos empreendedores dos movimentos com vistas à mobilização de ativistas para suas causas entraria em conflito com a formulação original de Goffman, que tendia a tratar parte desse processo como um fenômeno tácito, como demonstra sua definição do conceito de molduras primárias (Mathieu 2002; Johnston & Alimi 2012). De acordo com Mathieu (2002, p.87):

“Ainda que Goffman estivesse interessado prioritariamente pelo enquadramento como atividade cognitiva largamente pré-reflexiva de dotação de sentido (assim como em suas falhas) e desse apenas uma atenção secundária às molduras enquanto tais, a utilização que fazem Snow e seus colaboradores deste aparelho conceitual desloca o interesse na direção de um trabalho reflexivo, uma vez que consciente e tático, de redefinição das representações. As molduras não aparecem mais tanto como o produto de uma atividade cognitiva, mas sim como esquemas de interpretação relativamente estáveis e rígidos, que alguns podem manipular de uma maneira coerente com seus interesses” (Mathieu 2002, p.87).

Um terceiro conjunto de críticas considera que o caráter “estratégico” da abordagem ignora que a interpretação produzida por movimentos sociais tem um valor moral para os ativistas, ou seja, são convicções, valores. Assim, considera-se que, ao enfatizar a agência estratégica dos empreendedores de movimento, a perspectiva do enquadramento interpretativo acaba reduzindo os símbolos a meros meios pelos quais militantes atingem seus objetivos estratégicos (Steinberg 1998; Oliver & Johnston 2005; Gillan 2008; Vaisey 2008). Nesse sentido, teóricos ligados às TNMS sustentam, por exemplo, que é através da construção e promoção de interpretações contenciosas que militantes buscam reconhecimento para suas identidades coletivas. Assim, seria necessário ressaltar que interpretações não são meramente um recurso através do qual ativistas buscam atenção e resposta às suas demandas, tendo um valor moral para ativistas de movimentos sociais (Melucci 2001; Maia 2009).

Os autores norte-americanos Pamela E. Oliver e Hank Johnston também se dirigiram criticamente a esta perspectiva ao analisar os primeiros estudos de Snow e Benford. Estes dois estudiosos teriam defendido que o conceito de molduras interpretativas seria apenas capaz de lidar com uma dimensão dos processos fenomenológicos existentes na ação coletiva, aqueles voltados ao

pensamento estratégico e à lógica de *marketing*. Para viabilizar a análise de uma dimensão mais geral e ligada a aprendizados não estratégicos ocorridos em processos de socialização voltados à construção social da realidade, estes autores propuseram o resgate do conceito de ideologia (Johnston & Oliver 2005; Oliver & Johnston 2005).

Ao longo da década de 2000, os trabalhos de Benford e Snow sofrem uma re-orientação, incorporando paulatinamente uma dimensão não estratégica ao conceito de enquadramento interpretativo. A literatura parece, assim, caminhar em direção a uma síntese, enfatizando-se que as diferenças entre a abordagem de negociação e centrada nos alvos de Gamson e a abordagem estratégica e centrada nos empreendedores de movimento de Snow e Benford parecem estar mais ligadas a trajetórias e preferências pessoais dos autores do que a discordâncias teóricas substantivas. Ambas as abordagens revelariam apenas “os dois lados” dos mesmos processos de enquadramento interpretativo (Noakes & Johnston 2005).

Assim, ao promover uma revisão de estudos que se utilizam do conceito de MIAC com o intuito de estabelecer definições teóricas mais precisas, Benford e Snow (2000) reconhecem que os processos estratégicos são apenas um dos meios pelos quais ativistas constroem suas interpretações, sendo as molduras também construídas através de processos discursivos e contenciosos de enquadramento. Desta forma, estes autores buscam retirar os processos de enquadramento do controle estratégico dos empreendedores, inserindo-os em um campo relacional de múltiplas interações, no qual os atores agem de forma tácita e estratégica. Já Johnston e Alimi (2012; 2013) resgatam os conceitos de molduras primárias e tonalizações de Goffman para abordar, de um lado, o caráter estruturante dos padrões de interpretação largamente compartilhados e pouco percebidos pelos atores e, de outro, a agência e as inovações nos processos interpretativos a partir das tonalizações produzidas de forma interativa e, por vezes, conflitiva.

Nesse sentido, a literatura parece encaminhar-se para um resgate da dupla conotação que Goffman (1986) dava ao conceito de molduras interpretativas por meio de seus conceitos de molduras primárias e de tonalizações<sup>16</sup>. Tal aproximação entre as diversas características do enquadramento interpretativo segue, no entanto, em alguns casos, marcada por uma visão dicotômica que opõe “estratégia” e “ideologia”, simplificando a complexidade da ação social (Poletta 1997; 2004; Pereira 2014).

Apesar dos desafios de definição conceitual, essa perspectiva teórica deu origem a inúmeros estudos ao longo das últimas décadas. As próximas sessões irão apresentar as principais temáticas abordadas na agenda desta abordagem, assim como os desafios que se apresentam.

#### IV. Caracterizando o conteúdo das molduras interpretativas na literatura de movimentos sociais

A agenda de pesquisa dos estudos dos processos de enquadramento interpretativo em atividades de movimentos sociais caracterizou o conceito de “enquadramento interpretativo” em torno de três grandes dimensões: as tarefas nucleares de enquadramento interpretativo; os processos de desenvolvimento de molduras interpretativas da ação coletiva (MIACs); os resultados do enquadramento interpretativo.

##### IV.1. Tarefas Nucleares de Enquadramento

Na medida em que as MIACs são conceituadas como um tipo específico de molduras interpretativas, a literatura buscou identificar determinadas caracte-

<sup>16</sup> Uma interessante tentativa de articular as dimensões de interesse/estratégia, valores/ideologia e instinto/hábito na análise dos processos de enquadramento pode ser vista em Zhao (2010).

rísticas que conformariam uma MIAC, estabelecendo as tarefas nucleares de enquadramento (*core framing tasks*). De acordo com esta literatura, para gerar mobilização os movimentos sociais devem construir molduras interpretativas compostas por três dimensões: diagnóstico, prognóstico e motivacional (Benford & Snow 2000; Snow & Byrd 2007).

Por meio do *enquadramento de diagnóstico*, movimentos sociais devem interpretar determinada situação como um problema social e, mais especificamente, como uma injustiça, identificando os culpados pela existência desta situação assim como as fronteiras entre o “nós” e o “eles” e entre o “bem” e o “mal”. Já por meio do *enquadramento de prognóstico*, militantes devem apontar as soluções para os problemas identificados, assim como delinear planos para alcançá-las. Por fim, o *enquadramento motivacional* é o responsável pela construção de mensagens que estimulem que indivíduos enquadrados como vítimas (ou aqueles que atuam em seu nome) se engajem de forma sustentada em atividades de movimentos sociais (Benford & Snow 2000).

Benford e Snow (2000) destacam que estudos nesta área têm indicado que as tarefas centrais de enquadramento podem originar conflitos internos às organizações de movimentos sociais, havendo disputas acerca de questões como a atribuição de responsabilidade e o desenvolvimento de estratégias para a realização dos objetivos<sup>17</sup>. Ainda, estudos mostram que a produção de diagnósticos e prognósticos claros e bem definidos está positivamente relacionada ao sucesso de campanhas de protesto (Cress & Snow 2000)<sup>18</sup>.

#### IV.2. A Formação de Molduras Interpretativas da Ação Coletiva

<sup>17</sup> É interessante observar que tais *core framing tasks*, que conformariam os processos de enquadramento, são muito similares àquelas que são atribuídas pela literatura das TNMS à identidade coletiva. De acordo com Melucci (2001), por exemplo, a formação de um “nós” ocorre pela compatibilização de três ordens de orientações relativas aos seus fins, aos seus meios e ao ambiente na qual a ação ocorre.

<sup>18</sup> O foco na clareza na produção de diagnósticos e prognósticos presente na perspectiva do enquadramento interpretativo pode ser contrastado ao foco na ambiguidade e na abertura dos relatos de movimentos sociais presente no conceito de “narrativas” desenvolvido por Polletta (1998).

Pesquisadores buscam ainda caracterizar os processos de formação de MIACs. Essa problemática pode ser subdividida em duas questões: como ativistas conduzem os processos de enquadramento interpretativo? Por meio de quais categorias as organizações de movimentos sociais constroem suas molduras interpretativas?

No que tange à primeira destas perguntas, Benford e Snow (2000) definem três tipos de processos através dos quais militantes enquadram “o mundo lá fora”: os processos estratégicos, os processos discursivos e os processos contenciosos. Conforme analisado na seção anterior, o estudo dos *processos estratégicos de enquadramento* orientou as pesquisas iniciais destes autores. Assim, Benford e Snow (2000) argumentam que o enquadramento interpretativo é, em boa parte das vezes, cuidadosamente planejado por empreendedores de movimentos sociais tendo em vista seus objetivos em determinada situação. As estratégias de alinhamento de molduras descritas por Snow e seus associados (1986), já expostas neste artigo, estão sob o domínio desta categoria.

Já os *processos discursivos de enquadramento* se referem a “falas, conversas (...) e comunicações escritas dos membros de movimentos sociais que ocorrem principalmente no contexto das atividades dos movimentos ou em relação a elas” (Benford & Snow 2000, p.623). Desta forma, o enquadramento discursivo não é estrategicamente pensado, sendo conduzido de forma tácita no cotidiano das organizações. Ainda, na medida em que as interações entre ativistas são constantes e ocorrem ao longo de toda a trajetória do movimento, essa dimensão também destaca que MIACs não são ideias fixas, mas interpretações constantemente modificadas, discutidas e negociadas entre os militantes. Essa segunda dimensão conceitual parece responder às dificuldades impostas pela ênfase no viés estratégico presente nos primeiros estudos de adeptos dessa abordagem.

Já os *processos contenciosos de enquadramento* se referem à dimensão do conflito e da interação no processo de classificação dos eventos. Por meio deste conceito, os autores buscam destacar que movimentos sociais não operam “no

vácuo”, mas em constante relação com movimentos opostos (os contramovimentos ou *countermovements*), organizações rivais do mesmo movimento, com o Estado e com a mídia. Assim, esta dimensão destaca que o estudo dos processos de enquadramento interpretativo deve ser conduzido analisando-se o campo relacional no qual movimentos sociais estão inseridos.

A literatura contemporânea reserva grande atenção a este último tipo de processo, analisando a dinâmica de enquadramento e resposta interpretativa existente entre movimentos sociais e seus opositores e aliados (Benford & Snow 2000; Noakes & Johnston 2005). Ainda, alguns autores têm se distanciado da idéia de que os opositores dos movimentos sociais apenas responderiam ao enquadramento contestatório, defendendo que estes atores são também capazes de fornecer interpretações que identifiquem problemas, apontem soluções e levem à mobilização. Conceitos como os de *molduras oficiais* (Noakes 2005) e *molduras midiáticas* (Walgrave & Manssens 2005) surgem para explicar este tipo de fenômeno. Essa ênfase nas relações estabelecidas entre movimentos e outros atores, salientando o caráter intrinsecamente interativo e conflitivo dos processos de enquadramento, buscaria responder às dificuldades impostas pelo viés unidirecional, centrado quase que exclusivamente nos empreendedores dos movimentos, que marcou a produção inicial de adeptos dessa abordagem.

A segunda questão referente à formação de MIACs (por meio de quais categorias as organizações de movimentos sociais constroem suas molduras interpretativas?) tem gerado inúmeras respostas por parte dos autores. Estas respostas, no entanto, convergem em um sentido: movimentos sociais são, ao mesmo tempo, produtores e consumidores de significados (Tarrow 1992).

Entre os autores que trabalham com o conceito de molduras interpretativas, a cultura tende a ser vista como uma “caixa de ferramentas” (*tool kit*, segundo Swidler 1986) da qual movimentos sociais podem retirar discursos, símbolos, mitos e memórias para conectá-los de diferentes formas, produzindo novas interpretações (Benford & Snow 2000; Noakes & Johnston 2005). Neste sentido, autores destacam que ativistas de movimentos sociais criam novas interpretações por meio de dois processos básicos: a articulação de molduras e a amplificação de molduras (Benford & Snow 2000; Snow & Byrd 2007). Assim, para criar novas interpretações acerca das situações vivenciadas, militantes conectam discursivamente categorias socialmente disponíveis que não tenham ligação prévia entre si (articulação), dando destaque a determinados elementos desta classificação (amplificação).

Essa premissa teórica tem duas consequências básicas. Primeiramente, é rejeitada a interpretação de que ativistas de movimentos sociais simplesmente selecionam partes de uma cultura mais ampla para construir suas mensagens sem modificar esses elementos discursivos (Snow & Byrd 2007). Rejeita-se, ainda, a idéia de que o processo de construção de significados ocorra sobre uma *tabula rasa*. Como defende Ancelovici (2002, p.434), “novas molduras interpretativas não são simplesmente inventadas do nada. Elas se baseiam em valores, categorias e símbolos familiares e é esta familiaridade que lhes possibilita terem ressonância entre o público alvo”.

Não se observa na literatura, no entanto, uma definição mais precisa e consensual sobre as fontes simbólico-culturais para a construção das MIACs. Tarrow (1992), por exemplo, busca uma resposta mais específica ao sustentar que o repertório cultural utilizado por movimentos sociais advém das “mentalidades sociais” – interpretações gerais e de longa permanência no tempo – e da “cultura política” – interpretações específicas ao campo político e de média permanência no tempo – de determinada sociedade em determinado contexto histórico. Snow e Byrd (2007) enfatizam a necessidade de analisar as “ideologias” como fornecedoras de normas, idéias e valores a partir dos quais são

construídos os MIACs. Valocchi (2005) sugere que movimentos sociais constroem suas interpretações principalmente através da referência às MIACs de outros movimentos sociais (antecessores ou contemporâneos) e através da articulação com molduras interpretativas macro (*master frames*). Pereira (2012) sugere também que MIACs podem ter como uma de suas origens a apropriação por parte de movimentos sociais de interpretações desenvolvidas academicamente em discussões científicas e filosóficas, conceituadas como molduras interpretativas epistêmicas.

De forma mais ampla, outros autores buscam enfatizar a existência de conjuntos de recursos simbólicos historicamente disponíveis para a formação de MIACs, utilizando metáforas estruturalistas como as de “sistema”, “campo” e “estrutura” para conceituar tais configurações. Kane (1997) defende a importância de analisar os “sistemas simbólicos”, que oferecem os modelos culturais a partir dos quais os indivíduos e organizações envolvidos nos processos de mobilização dão sentido às situações e definem suas ações. Fiss e Hirsch (2005) destacam a importância do conceito de “campo discursivo” – definido por Wuthnow (1983, p.13) como o espaço simbólico que “proporciona as categorias fundamentais a partir das quais o pensamento pode ocorrer” – para analisar as possibilidades de enquadramento interpretativo por parte dos indivíduos e organizações em um dado contexto. Em uma abordagem crítica à perspectiva do enquadramento interpretativo, Steinberg (1998) também usa o conceito de “campo discursivo”, buscando enfatizar o caráter histórico da política simbólica dos movimentos, conceituando a interpretação como apenas parcialmente estruturada (sendo contraditória e polissêmica) e permeada por relações de conflito e poder. Já Koopmans e Statham (1999), inspirados pelo conceito de “estrutura de oportunidades políticas”, constroem o conceito de “estrutura de oportunidades discursivas” para compreender, ao mesmo tempo, as possibilidades de formação de enquadramentos e suas probabilidades de sucesso. Por fim, em um modelo misto, Nadeem (2008) vê nos conceitos de “campo discursivo”, “ideologias” e “*master frames*” as fontes simbólico-culturais para a construção das MIACs. As respostas para esta problemática, no entanto, carecem de uma sistematização teórica mais elaborada.

#### IV.3. Os Resultados do Enquadramento Contestatório

Essa literatura busca explorar, ainda, os impactos do enquadramento interpretativo. Esta discussão tem sido dominada pela idéia de ressonância de enquadramento e pelo estudo das variáveis que conferem às molduras este potencial. As dimensões que afetam o sucesso que interpretações contestatórias têm em mobilizar aderentes são sistematizadas de diferentes formas pelos autores. Observa-se, porém, um argumento central desenvolvido por estudiosos desta temática, que defende que as mensagens sustentadas por movimentos sociais devem ter alguma semelhança com símbolos social e culturalmente estabelecidos para que obtenham ressonância. Nesse sentido, autores utilizam a metáfora das “oportunidades discursivas” para compreender as possibilidades estruturais de sucesso de movimentos sociais (Koopmans & Statham 1999; McCammon *et al.*, 2007).

A literatura indica três fatores principais que afetam diretamente os resultados obtidos por meio dos processos de enquadramento interpretativo. Primeiramente, defende-se que o potencial de ressonância de uma MIAC varia de acordo com as *características dos criadores e porta-vozes do movimento*, tais como sua credibilidade, seu carisma, sua orientação estratégica e seu papel institucional (Johnston & Noakes 2005; Noakes 2005). Desta forma, uma mesma MIAC pode ter ressonâncias variadas de acordo com o ator social que a utiliza. As *características dos interlocutores* também afetam o grau de resso-

nância do enquadramento interpretativo. A literatura indica, por exemplo, que a potencialidade de ressonância das MIACs é ampliada se os interlocutores dos movimentos sociais são portadores de interpretações prévias que tenham algum contato com as mensagens veiculadas pelas organizações. Por fim, as *características das MIACs em si* também afetam esse fenômeno. Tais molduras devem ser internamente consistentes, devem ser vistas como relevantes para a classificação do cotidiano dos aderentes em potencial e, principalmente, devem conter elementos que vão ao encontro de interpretações culturalmente estabelecidas para que seu potencial de ressonância seja alto (Noakes & Johnston 2005).

A literatura destaca, ainda, que a necessidade de que o enquadramento contestatório encontre semelhanças com a cultura vigente para obter ressonância causa inúmeros dilemas nas decisões das organizações de movimentos sociais. Isso ocorre na medida em que tais interpretações estabelecidas, em geral, são favoráveis ao *status quo*. Desta forma, militantes se encontram em um constante dilema entre promover interpretações que sejam de fácil aceitação, mas que tenham um menor potencial contestatório e de transformação, ou sustentar interpretações altamente inovadoras, aceitando o ônus de que tais mensagens dificilmente serão recebidas com simpatia pelos interlocutores (Tarrow 2009).

Essa tensão pode gerar diferentes respostas por parte dos ativistas. Tais respostas são interpretadas pela literatura ora como uma opção entre os pólos da ideologia e da estratégia (Westby 2005; Zhao 2010), ora como a tendência ao uso de diferentes tipos de molduras interpretativas (Pereira 2014). Ainda, as origens dessas respostas são diferentemente interpretadas, procurando-se explicações em diferenças nas capacidades organizativas dos grupos (Rohlinger 2002; Zhao 2010); em diferenças na importância relativa e nas características das ideologias e identidades das organizações (Rohlinger 2002; Westby 2005); ou na existência de distintas lógicas de ação que interagem com dinâmicas interativas contingentes (Pereira 2014).

Já Hewitt e McCammon (2005) fornecem uma alternativa crítica à idéia de ressonância. Segundo estas autoras, esse conceito enfatizou em demasia a necessidade de que a mensagem veiculada por movimentos sociais tenha características similares à cultura vigente. Para as autoras, a literatura falhou ao não reconhecer a importância da existência de elementos contestatórios nas MIACs. Assim, afirma-se que é o balanço entre elementos ressonantes e elementos contestatórios que confere às molduras interpretativas maior potencial de recrutamento. Seguindo a tendência de contextualizar o enquadramento dentro de um campo de conflito, as autoras ressaltam, ainda, a importância de que movimentos sociais forneçam respostas que neutralizem as interpretações rivais. Por fim, o escopo da mensagem também afetaria seu potencial de recrutamento, havendo a necessidade de que as MIACs tenham capacidade de interpretar uma grande quantidade de temas.

Estas autoras tornam a análise das consequências do enquadramento ainda mais complexa ao admitir que essas variáveis foram empiricamente identificadas como pertinentes apenas para um resultado específico do processo de enquadramento interpretativo: o recrutamento. Movimentos sociais, no entanto, têm diversos objetivos e as características necessárias para a eficiência de suas estratégias devem variar de acordo com os resultados visados (Hewitt & McCammon 2005). Dessa forma, essa crítica põe em pauta a necessidade de construção de uma nova análise do dilema identificado pela literatura, inserindo-se nesta interpretação teórica a pertinência de inclusão de símbolos contestadores, assim como os diversos objetivos que movimentos sociais têm ao se mobilizar.

## V. Críticas e desafios à abordagem das molduras interpretativas na literatura de movimentos sociais

Apesar de seu grande desenvolvimento teórico nas últimas décadas, a abordagem do enquadramento interpretativo aplicada ao estudo de movimentos sociais ainda apresenta limites e enfrenta novos desafios. Primeiramente, a limitação de modelos metodológicos para a operacionalização desta abordagem é notável. Uma exceção a esta regra é o trabalho desenvolvido por Johnston e colaboradores (1995; 2005; 2013) em sua tentativa de desenvolver um método para a análise de molduras interpretativas e para uma análise comparada de enquadramento interpretativo. No entanto, a falta de padronização metodológica levou esta literatura a inúmeros problemas, como a falta de estudos comparativos sistemáticos (Benford 1997).

Em uma revisão crítica da literatura, Benford (1997) ainda aponta outros limites teóricos e metodológicos dos estudos produzidos a partir desta abordagem. Segundo este autor, os trabalhos apresentados tendem a produzir uma mera descrição de MIACs emergentes<sup>19</sup>, furtando-se de uma análise aprofundada que contribua para o avanço teórico da abordagem. Segundo o autor, “a maior parte do trabalho empírico tende a contribuir mais na direção da produção de uma morfologia de molduras do que produzir uma sociologia dos processos de enquadramento dos movimentos” (Benford 1997, p.415).

<sup>19</sup> Para um exemplo neste sentido ver Ancelovici (2002).

O autor sustenta, ainda, que muitos dos trabalhos ignoram a dialética entre indivíduo e sociedade presente nesta abordagem ao menosprezar os processos de negociação social de sentido nas interações dos atores. Assim, trabalhos enfatizariam ora o pólo social, reificando molduras interpretativas e tomando-as como fenômenos estáticos, ora o pólo psicológico, reduzindo o enquadramento interpretativo a fenômenos psicológicos. O autor denuncia, ainda, o viés elitista dos desenhos metodológicos de pesquisa, que privilegiam a técnica da entrevista com os empreendedores de movimento, ignorando as interpretações das bases (Benford 1997). Esses dois últimos limites dos estudos conduzidos através desta perspectiva teórica podem ser interpretados como resultado da saliência da perspectiva estratégica e focada nos empreendedores de movimento desenvolvida Snow e Benford, atualmente revisada pela teoria. O autor aponta, ainda, a necessidade de considerar o processo de enquadramento interpretativo como um processo de múltiplas camadas, resgatando a idéia de Goffman de que a definição das situações vivenciadas pelos atores sociais é sempre polissêmica (Benford 1997).

Por fim, perspectivas teóricas contemporâneas que buscam resgatar o papel das emoções nos processos de mobilização social têm criticado a perspectiva do enquadramento interpretativo por seu viés marcadamente cognitivista. Argumenta-se que, em sua tentativa de se afastar de explicações que compreendem a mobilização como uma resposta irracional das massas, teóricos do enquadramento interpretativo, mesmo em suas correntes menos estratégicas, analisaram apenas a dimensão racional da construção dos significados, ignorando a dimensão emocional deste processo<sup>20</sup>. Nesse sentido, a noção de alinhamento de moldura é criticada, na medida em que a aderência a determinado movimento social não poderia ser explicada exclusivamente por meio do mero alinhamento cognitivo. Destaca-se, ainda, que a dimensão motivacional do enquadramento interpretativo – aquela que teria maior potencial para o estudo dos efeitos das emoções – é aquela sobre a qual um menor número de pesquisas foi desenvolvido por adeptos desta abordagem teórica (Goodwin, Jasper & Polletta 2001). Apenas recentemente teóricos dessa abordagem têm incluído em sua análise dimensões emocionais, considerando razão e emoção como formas não hierarquizadas de conhecimento do mundo (Cadena-Roa 2005).



## VI. Conclusões: potencialidades analíticas da abordagem do enquadramento interpretativo para a literatura brasileira de movimentos sociais

<sup>20</sup> Benford e Hunt (1992, p.51), porém, valorizam o papel das emoções. Opondo-se à perspectiva “patologizante” do comportamento coletivo e “ultra-racionalizante” da TMR, os autores argumentam que ativistas “não são nem psicóticos nem computadores. Participantes devem ser mais do que mobilizados a agir; eles têm que ser inspirados. De fato, nossas observações sugerem que paixão é crucial para a mobilização”.

Retomando a questão inicial que orientou a argumentação desenvolvida ao longo deste trabalho (quais as contribuições e implicações da incorporação da abordagem de Goffman – e, particularmente, do seu conceito de enquadramento interpretativo – para o estudo da ação coletiva e, mais especificamente, dos movimentos sociais?), pode-se identificar que a literatura de movimentos sociais apropria-se de forma muito criativa das formulações originais de Goffman. De fato, a partir de algumas idéias iniciais apresentadas e desenvolvidas de forma pouco sistemática por este autor, autores do campo de estudos de movimentos sociais construíram modelos bastante complexos para abordar as características, as dinâmicas e os conflitos dos processos de interpretação constitutivos dos movimentos sociais.

Ao longo de praticamente três décadas de formulações teóricas, pesquisas empíricas e intensos debates, observa-se uma trajetória de evolução da abordagem das molduras interpretativas no sentido de superar argumentos mais simplistas e construir ferramentas conceituais adequadas à apreensão e análise da complexidade e dinamicidade dos processos interpretativos dos/nos movimentos sociais. Neste sentido, é perceptível um crescente diálogo com outros campos disciplinares que fornecem férteis recursos analíticos para o tratamento daqueles processos (tais como linguística, psicologia social, comunicação, filosofia, entre outros).

A presença de diversos pontos de crítica à abordagem das molduras interpretativas, destacados ao longo deste trabalho, ao invés de indicar fragilidades que desqualificariam esta abordagem, parece apontar para um campo de debate acadêmico em desenvolvimento, capaz de identificar seus limites e buscar a superação dos mesmos a partir de novas proposições teóricas.

As potencialidades desta abordagem para o desenvolvimento do campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil parecem evidentes. De forma geral, pode-se afirmar que ela oferece recursos analíticos de grande utilidade para a qualificação do tratamento dos processos interpretativos por parte dos pesquisadores brasileiros de movimentos sociais. Em outras palavras, esta abordagem permite que se vá além de formulações genéricas sobre a importância de elementos simbólico-culturais nos processos de organização e mobilização social e se analise de forma mais rigorosa (em termos teóricos e empíricos) como, quando e por que tais elementos adquirem centralidade naqueles processos.

Mais especificamente, a abordagem das molduras interpretativas oferece recursos analíticos importantes para a investigação de temas ainda explorados de forma pouco aprofundada e/ou muito ideologizada pela literatura nacional de movimentos sociais, como, por exemplo, a relação entre movimentos sociais e mídia ou as disputas interpretativas que ocorrem tanto internamente quanto externamente aos movimentos sociais.

Além disto, a abordagem das molduras interpretativas pode estimular uma ruptura com a tendência de enclausuramento disciplinar da literatura de movimentos sociais no Brasil, que dialoga de maneira muito superficial, quando o faz, com outros campos disciplinares (em especial, a psicologia social) que poderiam enriquecer enormemente as pesquisas realizadas pelos cientistas sociais.

Outra contribuição potencial da abordagem das molduras interpretativas seria enriquecer a análise da política simbólica dos movimentos sociais, agregando a dimensão estratégica à dimensão expressivo-identitária enfatizada pela abordagem da identidade coletiva das Teorias dos Novos Movimentos Sociais.

Por fim, a incorporação da abordagem das molduras interpretativas pela literatura brasileira de movimentos sociais abriria possibilidades de inserção da produção nacional no campo de debates internacional existente em torno daquela abordagem. É a partir desta inserção no debate internacional – e não pela recusa do mesmo – que se constrói a possibilidade, inclusive, de problematizar os termos do debate e de propor novas linhas para o seu desenvolvimento, rompendo com a tradição de importação e consumo passivos das elaborações feitas pelos pesquisadores dos países centrais.

Marcelo Kunrath Silva (mksilva@ufrgs.br) é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da mesma universidade. Vínculo Institucional: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.

Fernando Coutinho Cotanda (fcotanda@ufrgs.br) é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. Vínculo Institucional: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.

Matheus Mazzilli Pereira (matheus.mazzilli@gmail.com) é Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vínculo Institucional: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil.

## Referências

- Alonso, A., 2009. As Teorias dos Movimentos Sociais: um Balanço do Debate. *Lua Nova*, 76, pp.49-86. DOI: 10.1590/s0102-64452009000100003
- \_\_\_\_\_, 2012. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, 2(3), pp.21-41.
- Ancelovici, M., 2002. Organizing Against Globalization: The Case of ATTAC in France. *Politics & Society*, 30(3), pp.427-463. DOI: 10.1177/0032329202030003003
- Bateson, G., 1972. *Steps to an Ecology of Mind. Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Becker, H., 1996. Conferência: a Escola de Chicago. *Mana*, 2(2), pp.177-188. DOI: 10.1590/S0104-93131996000200008
- Benford, R.D., 1997. An Insider's Critique of the Social Movement Framing Perspective. *Sociological Inquiry*, 67(4), pp.409-430. DOI: 10.1111/j.1475-682x.1997.tb00445.x
- Benford, R.D. & Hunt, S. A., 1992. Dramaturgy and Social Movements: The Social Construction and Communication of Power. *Sociological Inquiry*, 62(1), pp.36-55.
- Benford, R.D. & Snow, D.A., 1992. Master Frames and Cycles of Protest. In A.D. Morris & C.M. Mueller, eds. *Frontiers in Social Movement Theory*. New York: Yale University.
- Benford, R.D. & Snow, D.A., 2000. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, 26(1), pp.611-639. DOI: 10.1146/annurev.soc.26.1.611
- Bertoncelo, E.R.E., 2009. Eu quero votar para presidente: uma análise sobre a campanha das Diretas. *Lua Nova*, 76, pp.169-196. DOI: 10.1590/s0102-64452009000100006
- Bonnell, V.E. & Hunt, L.A., 1999. *Beyond the Cultural Turn: New Directions in the Study of Society and Culture*. Berkeley: University of California Press.
- Brysk, A., 1995. Hearts and Minds: Bringing Symbolic Politics Back In. *Polity*, 27(4), pp.559-585. DOI: 10.2307/3234960
- Cadena-Roa, J., 2005. Strategic Framing, Emotions, and *Superbarrio* – Mexico's City's Masked Crusader. In H. Johnston & J.A. Noakes, eds. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Cress, D. & Snow, D.A., 2000. The Outcomes of Homeless Mobilization: The Influence of Organization, Disruption, Political Mediation, and Framing. *American Journal of Sociology*, 105(4), pp.1063-1104. DOI: 10.1086/210399
- Dagnino, E., 2000. Cultura, Cidadania e Democracia: a Transformação dos Discursos e Práticas na Esquerda Latino-americana. In S.E. Alvarez; E. Dagnino & A. Escobar, eds. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- Dosse, F., 2003. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru: EDUSC.
- Evers, T., 1984. Identidade: a face oculta dos Novos Movimentos Sociais. *Novos Estudos*, 4, pp.11-23.
- Ferree, M.M., 1992. The Political Context of Rationality: Rational Choice Theory and Resource Mobilization. In A.D. Morris & C.M. Mueller, eds. *Frontiers in Social Movement Theory*. Yale: Yale University.
- Fiss, P.C. & Hirsch, P.M., 2005. The Discourse of Globalization: Framing and Sensemaking of an Emerging Concept. *American Sociological Review*, 70(1), pp.29-52. DOI: 10.1177/000312240507000103
- Gamson, W., 1985. Goffman's Legacy to Political Sociology. *Theory and Society*, 14(5), pp.605-622. DOI: 10.1007/bf00160018

- Gamson, W. & Modigliani, A., 1989. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. *American Journal of Sociology*, 95(1), pp.1-37. DOI: 10.1086/229213
- \_\_\_\_\_, et al., 1992. Media Images and the Social Construction of Reality. *Annual Review of Sociology*, 18, pp.373-393. DOI: 10.1146/annurev.soc.18.1.373
- Gamson, W.; Fireman, B. & Rytina, S., 1982. *Encounters with Unjust Authorities*. Illinois: The Dorsey Press.
- Gastaldo, E., 2004. *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Gillan, K., 2008. Understanding Meaning in Movements: A Hermeneutic Approach to Frames and Ideologies. *Social Movement Studies*, 7(3), pp.247-263. DOI: 10.1080/14742830802485643
- Gohn, M.G., 1997. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Goodwin, J.; Jasper, J.M. & Polletta, F., 2001. Introduction: Why Emotions Matter? In J. Goodwin; J.M. Jasper & F. Polletta, eds. *Passionate Politics: Emotions and Social Movements*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Goffman, E., 1961. *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and other Inmates*. New York: Doubleday Anchor.
- \_\_\_\_\_, 1975. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC,
- \_\_\_\_\_, 1981. *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- \_\_\_\_\_, 1986. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press.
- \_\_\_\_\_, 1987. *Gender Advertisements*. New York: Harper Torchbooks.
- \_\_\_\_\_, 2012. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes.
- Hewitt, L. & McCammon, H., 2005. Explaining Suffrage Mobilization: Balance, Neutralization, and Range in Collective Action Frames. In H. Johnston & J.A. Noakes, eds. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Jenkins, J.C., 1994. La Teoría de la Movilización de Recursos y el Estudio de los Movimientos Sociales. *Zona Abierta*, 69, pp.5-49.
- Johnston, H., 1995. A Methodology for Frame Analysis: from Discourse to Cognitive Schemata. In H. Johnston & B. Klandermans, eds. *Social Movements and Culture: Social Movements, Protest, and Contention*. V. 4. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- \_\_\_\_\_, 2005. Comparative Frame Analyses. In H. Johnston & J.A. Noakes, eds. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Johnston, H. & Alimi, E.Y., 2012. Primary Frameworks, Keying and the Dynamics of Contentious Politics: The Islamization of the Chechen and Palestinian National Movements. *Political Studies*, 60(3), pp.603-620. DOI: 10.1111/j.1467-9248.2011.00927.x
- \_\_\_\_\_, 2013. Methodology Analyzing for Frame Dynamics: The Grammar of Keying Battles in Palestinian Nationalism. *Mobilization: An International Quarterly*, 18(4), pp.453-474. DOI: 10.17813/mai.18.4.w157531150vk1nn5
- Johnston, H. & Noakes, J.A., eds. 2005. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Johnston, H. & Oliver, P., 2005. Breaking the Frame. In H. Johnston e J.A. Noakes, eds. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, pp.213-216.
- Kane, A.E., 1997. Theorizing Meaning Construction in Social Movements: Symbolic Structures and Interpretation during the Irish Land War, 1879-1882. *Sociological Theory*, 15(3), pp.249-276. DOI: 10.1111/0735-2751.00034
- Klandermans, B., 1992. The Social Construction of Protest and Multiorganizational Fields. In A.D. Morris & C.M. Mueller, eds. *Frontiers in Social Movement Theory*. Yale: Yale University.
- Koopmans, R. & Statham, P., 1999. Ethnic and Civic Conceptions of Nationhood and Differential Success of the Extreme Right in Germany and Italy. In M. Giugni; D. McAdam & C. Tilly, eds. *How Social Movements Matter?* Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Kowarick, L., 2000. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34.
- Machado da Silva, L.A. & Ribeiro, A.C.T., 1985. Paradigma e Movimentos Sociais: por onde andam nossas idéias? In Anpocs, ed. *Ciência Social Hoje*. São Paulo: Anpocs.
- Maciel, D.A., 2011. Ação Coletiva, Mobilização do Direito e Instituições Políticas: o caso da Campanha da Lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(77), pp. 97-111. DOI: 10.1590/s0102-69092011000300010
- Maia, R.C.M., 2009. Atores da Sociedade Civil e Ação Coletiva: Relações com a Comunicação de Massa. *Lua Nova*, 76, pp.87-118. DOI: 10.1590/s0102-64452009000100004
- Mathieu, L., 2002. Rapport au Politique, Dimensions Cognitives et Perspectives Pragmatiques dans l'analyse des Mouvements Sociaux. *Revue Française de Science Politique*, 52(1), pp.75-100. DOI: 10.3917/rfsp.521.0075
- McAdam, D.; McCarthy, J.D. & Zald, M.N., eds. 1999. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales*. Madrid: Istmo.
- McAdam, D.; Tarrow, S. & Tilly, C., 2001. *Dynamics of Contention*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- McCammon, H.; Newman, H.D.; Muse, C.S. & Terrell, T.M., 2007. Movement Framing and Discursive Opportunity Structures: The Political Successes of the U.S. Women's Jury Movements. *American Sociological Review*, 72(5), pp.725-749. DOI: 10.1177/000312240707200504
- McCarthy, J.D. & Zald, M.N., 1977. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, 82(6), pp.1212-1241. DOI: 10.1016/b0-08-043076-7/01925-2

- Melucci, A., 1980. The New Social Movements: A Theoretical Approach. *Social Science Information*, 19(2), pp.199-226. DOI: 10.1177/053901848001900201
- \_\_\_\_\_, 2001. *A Invenção do Presente: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas*. Petrópolis: Vozes.
- Mendonça, R.F. & Simões, P.G., 2012. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(79), pp.187-201. DOI: 10.1590/s0102-69092012000200012
- Moore Jr., B., 1987 [1978]. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense.
- Morris, A.D. & Mueller, C.M., eds. 1992. *Frontiers in Social Movement Theory*. Yale: Yale University.
- Nadeem, S., 2008. The Living Wage Movement and the Economics of Morality: Frames, Ideology and the Discursive Field. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, 28, pp.137-167. DOI: 10.1016/s0163-786x(08)28005-5
- Noakes, J.A., 2005. Official Frames in Social Movement Theory: The FBI, HUAC and the Communist Threat in Hollywood. In H. Johnston & J.A. Noakes, eds. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Noakes, J.A. & Johnston, [H.], 2005. Frames of Protest: A Road Map to a Perspective. In H. Johnston & J.A. Noakes, eds. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Nunes, J.H., 2013a. *Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais*. *Contemporânea*, 3(1), pp.143-172.
- \_\_\_\_\_, 2013b. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção. *Revista Sociedade e Estado*, 28(2), pp.257-277. DOI: 10.1590/s0102-69922013000200005
- Oliver, P.E. & Johnston, H., 2005. What a Good Idea! Ideologies and Frames in Social Movement Research. In H. Johnston & J.A. Noakes, eds. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Olson, M., 1999. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Penna, C., 2012. Poder simbólico e protesto: uma análise das representações dos governos brasileiros e argentinos sobre as ações do MST e do Movimento *Piquetero*. *Espacio Abierto*, 21(3), pp. 423-451.
- Pereira, M.M., 2012. Ciência, Filosofia e Mobilização: a utilização de molduras interpretativas epistêmicas no processo de construção de problemas sociais. In *III Encontro Internacional de Ciências Sociais*, Pelotas.
- \_\_\_\_\_, 2014. *Enquadramento Interpretativo, Lógicas de Ação e Dinâmicas Interativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Polletta, F., 1997. Culture and its Discontents: Recent Theorizing on the Cultural Dimensions of Protest. *Sociological Inquiry*, 67(4), pp.431-450. DOI: 10.1111/j.1475-682x.1997.tb00446.x
- \_\_\_\_\_, 1998. "It was Like a Fever" Narrative and Identity in Social Protest. *Social Problems*, 45(2), pp.137-159. DOI: 10.1525/sp.1998.45.2.03x0163g
- \_\_\_\_\_, 2004. Culture in and Outside Institutions. *Research in Social Movements, Conflict and Change*, 25, pp.161-183. DOI: 10.1016/s0163-786x(04)25007-8
- Prudencio, K.C.S. & Santos, J.J., 2011. Mídia e movimentos sociais: um esboço metodológico a partir da *Frame Analysis* de Erving Goffman. In *IV Encontro da Compólitica*. Rio de Janeiro.
- Rohlinger, D., 2002. Framing the Abortion Debate: Organizational Resources, Media Strategies, and Movement-Counter-movement Dynamics. *The Sociological Quarterly*, 43(4), pp.479-507. DOI: 10.1525/tsq.2002.43.4.479
- Rothberg, D. & Berbel, D B., 2010. Enquadramentos de Transgênicos nos jornais paulistas: informação como potencial subsídio à participação política. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 17(2), pp.455-470. DOI: 10.1590/s0104-59702010000200011
- Sader, E., 1988. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Scherer-Warren, I. & Krischke, P.J., eds. 1987. *Uma revolução no cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- Silva, M.K., 2010. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da Literatura Brasileira Recente. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(1), pp.2-9. DOI: 10.4013/csu.2010.46.1.01
- Snow, D.A. et al., 1986. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, 51(4), pp.464-481. DOI: 10.2307/2095581
- Snow, D.A. & Benford, R.D., 1988. Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization. *International Social Movements Research*, 1, pp. 197-218.
- Snow, D.A. & Byrd, S.C., 2007. Ideology, Framing Processes, and Islamic Terrorist Movements. *Mobilization: An International Quarterly Review*, 12(1), pp.119-136. DOI: 10.1002/9780470999103.ch17
- Steinberg, M.W., 1998. Tilting the Frame: Considerations on Collective Action Framing from a Discursive Turn. *Theory and Society*, 27(6), pp.845-872. DOI: 10.1023/A:1006975321345
- Swidler, A., 1986. Culture in Action: Symbols and Strategies. *American Sociological Review*, 51(2), pp.273-286.
- Tarrow, S., 1992. Mentalities, Political Cultures, and Collective Action Frames: Constructing Meanings through Action. In A.D. Morris & C.M. Mueller, eds. *Frontiers in Social Movement Theory*. New York: Yale University.
- \_\_\_\_\_, 2009. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.
- Thomas, W.I. & Thomas, D.S., 1928. *The Child in America: Behavior Problems and Programs*. New York: Knopf.
- Tilly, C., 1978. *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House.

- Traugott, M., ed. 1995. *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham: Duke University Press.
- Vaisey, S., 2008. Socrates, Skinner, and Aristotle: Three Ways of Thinking About Culture in Action. *Sociological Forum*, 23(3), pp.603-613. DOI: 10.1111/j.1573-7861.2008.00080.x
- Valocchi, S., 2005. Collective Action Frames in the Gay Liberation Movement, 1969-1973. In H. Johnston & J.A. Noakes, eds. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Walgrave, S. & Manssens, J., 2005. Mobilizing the White March: Media Frames as Alternatives to Movement Organizations. In H. Johnston & J.A. Noakes, eds. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Westby, D.L., 2005. Strategic Imperative, Ideology and Frames. In H. Johnston & J.A. Noakes, eds. *Frames of Protest: Social Movements and the Framing Perspective*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Wuthnow, R., 1989. *Communities of Discourse: Ideology and Social Structure in the Reformation, the Enlightenment, and European Socialism*. Cambridge: Harvard University Press.
- Zhao, D., 2010. Theorizing the Role of Culture in Social Movements: Illustrated by Protests and Contentions in Modern China. *Social Movement Studies*, 9(1), pp. 33–50. DOI: 10.1080/14742830903442493

## Interpretation and Collective Action: “Framing” in the Study on Social Movements

### Abstract

This bibliographic essay aims to answer the following question: Which are the contributions and implications derived from the use of Goffman’s approach - particularly, his concepts of Framing/Frame - in the study of collective action and, more specifically, social movements? So it is a theoretical article that focuses on presenting and analyzing the pertinence and productivity of the concepts of Framing/Frame to the empirical research on social movements. To reach this objective, the manuscript is structured as follows: the first section recovers the main characteristics of Goffman’s original ideas on frames; the second section describes how the concept of frames was incorporated by social movements scholars; the third section addresses the main theoretical arguments developed around the concept of frames in social movements literature; the fourth section highlights some criticisms to the frames approach that points to future developments; lastly the final considerations point some analytical contributions of frames approach to the Brazilian literature on social movements. The conclusion is that frames approach, that occupy a central position in the international literature on social movements, offers prolific theoretical instruments to the Brazilian scholars advancing in the identification and analysis of the explanatory mechanisms and processes of social movements.

**KEYWORDS:** Framing; Social Movements; Frame Analysis; Erving Goffman; Collective Action.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Non-Commercial License which permits unrestricted non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium provided the original work is properly cited.